EDITORIAL

A Revista do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro sintetiza muito bem a permanente busca do TCE-RJ por melhores práticas, consciente do compromisso de, como órgão de controle externo, fiscalizar e acompanhar a implementação de políticas públicas em nosso estado, com foco na garantia de benefícios para a sociedade. Os bons resultados já obtidos são visíveis, muito por conta de um quadro de servidores competente e totalmente engajado no cumprimento da missão do Tribunal.

Há vários caminhos para sermos bem-sucedidos em nosso propósito de, por meio da realização de um trabalho de excelência, contarmos com o reconhecimento da sociedade. Decidimos não optar por um, em detrimento dos demais, mas seguir tantas trilhas quantas possíveis, enfrentando desafios e superando dificuldades momentâneas em relação a adequações necessárias à consolidação de novas rotinas e absorção de conhecimentos específicos.

A necessidade de modernização de nossas atividades levou-nos à reestruturação da Secretaria-Geral de Controle Externo do TCE-RJ, promovendo a redistribuição temática das competências de suas unidades de auditoria, com enfoque em controle de políticas públicas. Dessa forma, criamos três Subsecretarias com coordenadorias temáticas por políticas públicas: a) Sub-Seguridade, composta por CAD-Saúde, CAD-Assistência Social e CAD-Previdência; b) Sub-Cidadania, subdividida em CAD-Educação, CAD-Segurança Pública, CAD-Governança/Tecnologia da Informação e CAD-Receita; e c) Sub-Infraestrutura, reunindo CAD-Desestatização, CAD-Mobilidade, CAD-Saneamento e CAD-Obras. Além disso, remodelamos, para uma atuação mais especializada, a Sub-Contas e a Sub-Pessoal.

A reestruturação da Secretaria-Geral de Controle Externo, em prosseguimento à atualização das metodologias de controle externo, em que se deslocou o foco da análise da despesa pública, de forma individualizada, para a avaliação de políticas públicas, em um contexto mais abrangente, sem, contudo, descurar das competências assinaladas pela Constituição Federal, significou um passo importante no processo evolutivo do TCE-RJ.

A medida teve por objetivo ampliar a eficiência e a efetividade das ações de controle, observados a missão, a visão, os valores e as diretrizes estabelecidas no Plano Estratégico do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro para o quadriênio 2020-2023, otimizando as formas e os meios de fiscalização, no intuito de induzir melhorias na gestão pública.

Considerando este quadro de muito trabalho e exigência de habilidades singulares, a imperativa capacitação de servidores tem contado com importantes iniciativas, criando uma intensa dinâmica de estudos e pesquisas envolvendo os servidores. Nessa perspectiva de busca de conhecimentos e troca de experiências, os diferentes órgãos do TCE-RJ, com apoio pedagógico de nossa Escola de Contas e Gestão, com contribuição e incentivo do Instituto Rui Barbosa, e participação do Tribunal de Contas da União (TCU) e de outros Tribunais, instituições congêneres e universidades, têm promovido cursos e seminários, como o de Auditoria de Obras Públicas, com o objetivo de proporcionar a um maior número possível de servidores a compreensão das etapas e atividades de Auditoria de Obras Públicas, a partir das Normas Brasileiras de Auditoria do Setor Público (NBASP).



RODRIGO MELO DO NASCIMENTO
Conselheiro-Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro
Presidente do Conselho Superior da ECG/TCE-RJ

Assim foi também o Seminário Controle Externo de Infraestrutura, proposto pela Subsecretaria de Controle de Infraestrutura e Desestatização, que contou com palestra inicial proferida pelo Ministro do TCU Benjamin Zymler, discorrendo sobre "A nova Lei de Licitações e Contratos e as contratações de obras e serviços de Engenharia", e o Seminário de Controle Externo da Política de Segurança Pública, por sugestão da Coordenadoria de Auditoria de Políticas em Segurança Pública e Cidadania, com o objetivo de debater a atuação dos órgãos de controle externo nessa área, criando a oportunidade de contribuir para o alinhamento de várias visões sobre o tema.

Em outra importante iniciativa, com vistas ao aprimoramento de ações de controle externo, a Subsecretaria de Controle de Contas e Gestão Fiscal do TCE-RJ promoveu, por meio da Escola de Contas e Gestão, o Seminário Auditoria Contábil-Financeira no Setor Público: Desafios e Perspectivas, com o objetivo de destacar as contribuições da Auditoria Contábil-Financeira para o controle dos recursos públicos e o consequente impacto positivo na construção de indicadores e na efetividade das políticas públicas, em linha com a diretriz de gestão para o biênio 2021-2022. As auditorias financeiras para as contas públicas ganham relevância na medida em que conferem fidedignidade às informações registradas nas demonstrações contábeis e fiscais, alimentando com dados essenciais a emissão de parecer prévio e julgamento das contas dos gestores, contribuindo, dessa forma, para a transparência e tomadas de decisão com maior segurança.

Ainda nessa perspectiva, outra importante ação foi o II Encontro das Auditorias Internas dos Tribunais de Contas do Brasil, que, proporcionando troca de experiências e de conhecimentos sobre o papel da Auditoria Interna no setor público, e, na busca pela aderência às Normas Internacionais para a Prática Profissional de Auditoria Interna, sublinhou que a Auditoria Interna, atividade independente e objetiva, oferece ao gestor, por meio de avaliações (assurance) e consultorias, maior segurança quanto à conformidade dos atos de gestão e a oportunidade de melhorias dos processos de gerenciamento de riscos, de controles internos e de governança, protegendo e agregando valor para a entidade.

O evento, no entanto, não se circunscreveu aos Auditores Internos dos Tribunais, cumprindo um desígnio mais amplo de alinhar os conhecimentos às necessidades das controladorias internas dos municípios, promovendo a capacitação de auditores e controladores municipais, numa primordial aproximação proativa. Como resultado prático desse Encontro, foi elaborado e difundido o "Documento de Padronização das Técnicas e dos Conceitos Inerentes à Auditoria Interna", que contou com a contribuição de dezenove Tribunais de Contas.

Outro ponto de destaque é a utilização da tecnologia em prol do melhor funcionamento do Tribunal que tem sido cada vez mais presente. Entre outras medidas adotadas em ações diárias, o TCE-RJ aperfeiçoou procedimentos relativos às suas sessões plenárias virtuais, disponibilizando, em seu site, três dias úteis antes, a relação dos processos das pautas dessas sessões, facilitando a preparação da eventual sustentação oral pela parte interessada, cujo prazo para o pedido com tal intuito se encerra apenas no momento da abertura da sessão.

Com todo o trabalho realizado, o Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro vem buscando permanentemente a interação com a sociedade, por meio da divulgação do papel constitucional que desempenha, das respostas bem fundamentadas às indagações dirigidas à nossa Ouvidoria e criação de instrumentos facilitadores do controle social.

Em razão de considerar imprescindíveis parcerias com outras instituições para viabilizar a consecução de objetivos, consigno que elas têm se multiplicado, com resultados positivos para ambas as partes envolvidas. Por exemplo, recentemente o TCE-RJ e o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ) firmaram acordo de cooperação visando à colaboração mútua em ações referentes ao controle e à fiscalização para aperfeiçoar a administração municipal das receitas tributárias.

Como já assinalado, a aproximação com o Instituto Rui Barbosa (IRB), com o Tribunal de Contas da União (TCU), com outros Tribunais estaduais e municipais, com instituições e universidades públicas e privadas, estabelecendo parcerias para aproveitamento mútuo de expertises, tem se mostrado bastante significativa diante de nosso escopo de desenvolvimento, inovação e efetividade. Em decorrência do alinhamento e vigorosa participação do TCE-RJ nas propostas do IRB, o Conselheiro Edilberto Pontes, Presidente da instituição, nos honrou com o convite para assumir a presidência do Comitê Técnico de Concessões, Parcerias Público-Privadas e Privatizações dos Tribunais de Contas do IRB.

No âmbito das novas funções e responsabilidades inerentes ao exercício da presidência do Comitê, foram aprovadas as diretrizes sugeridas para o biênio 2022-2023, com proposta de elaboração de notas técnicas, ampliação de parcerias e encontros, além da análise de medidas a serem efetivadas com vistas ao Encontro Nacional do Comitê, agendada para outubro em São Paulo.

A Revista do TCE-RJ reflete todo esse contexto até aqui avultado, apresentando estudos e propostas sobre os mais diversos assuntos da Administração Pública, definindo, com aplicação de experiências multifacetadas, liames entre a teoria e a prática, que funcionam como sólidos pilares de sustentação para o aperfeiçoamento do exercício da gestão pública. Em um viés de inovação e ampliação do aproveitamento da publicação para construção e disseminação de conhecimentos, esta edição da Revista do TCE-RJ formaliza seções, como a Entrevista com o Conselheiro Edilberto Pontes, Presidente do IRB, a Seção Informativa contendo o registro do II Encontro das Auditorias Internas dos Tribunais de Contas do Brasil, promovido pelo TCE-RJ, de 11 a 13 de maio de 2022, e a Roda de Conversa com o Secretário-Geral de Administração do TCE-RJ, Marcelo Ceranto, e Subsecretários, em que enfatizam os esforços que vêm sendo empreendidos, no sentido de fazer com que o servidor se sinta valorizado.

Os seis artigos publicados nesta edição da Revista do TCE-RJ abordam aspectos fundamentais da Administração Pública, constituindo todos notável contribuição para a reflexão de conceitos e o aprimoramento de práticas. Trata-se de relevantes estudos realizados por servidores do TCE-RJ e por profissionais de outras instituições, que nos honram com a escolha de nossas páginas para a difusão de seus conhecimentos e experiências.

Os trabalhos apresentam o problema, fundamentam propostas de solução e levam o leitor a pensar sobre a possibilidade da incorporação do estudo para o desenvolvimento de sua atividade profissional. Com certeza, a leitura será útil e prazerosa: Os procedimentos de manifestação de interesse no Brasil: problemas e propostas de solução, de Guilherme Abreu Lima e Pereira, do Tribunal de Contas do Espírito Santo; Tecnologia, Governo Digital e a Nova Lei de Licitações, de Cristiane Rodrigues Iwakura, Procuradora Federal, Flávio Garcia Cabral, Procurador da Fazenda Nacional, e Leandro Sarai, Procurador do Banco Central; Visão baseada em recursos e capacidades dinâmicas – uma análise de pontos e contrapontos no Setor Público, de Patrícia Fernandes Marques, Auditora Chefe da Auditoria Interna do TCE-RJ e Sabrina Reinbold Rezende, Analista de Controle Externo do TCE-RJ; A "burocracia digital" dos Tribunais de Contas e a pandemia: uma análise de contextos na busca de melhores resultados, de Fábio Lins de Lessa Carvalho, Procurador do Estado de Alagoas, e Kézia Sayonara Franco Rodrigues Medeiros, Diretora Técnica da Escola do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas; Cultura da Ouvidoria e as práticas do TCE-RJ: uma abordagem acerca da administração de conflitos, de Maristela de Medeiros Tavares, Coordenadora da Ouvidoria do TCE-RJ; e Tendências e desafios nos acordos em arbitragens com o poder público, de Bruno Fernandes Dias, Procurador do Estado do Rio de Janeiro.

Boa leitura!